pe. 23/97

RESOLUCÃO Nº 38/93 - CEDE

ESTABELECE CRITERIOS QUE REGULAMENTAM O APROVEITAMENTO

DE ESTUDOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 23/1997 - CEPE

O Conselho de Ensino, Pesquise e Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e estatuárias:

Considerando o que consta do Processo nº 4068/93-51 -

Considerando o Parecer da Comissão de Ensino de Graduação e Extensão;

Considerando, ainda, a aprovação unânime da sessão ordinária do dia 23 de julho de 1993.

RESOLVE:

Art.ls - Caberá aos Colegiados de Curso apreciar e pronunciar decisão sobre aproveitamento de estudos.

Parágrafo Único = Para efeito de aproveitamento de estudos além da equivalência dos programas, será observado o tempo de validade das disciplinas objeto do aproveitamento, relacionado ao prazo máximo para a integralização curricular do curso onde foram cumpridas as disciplinas.

Art.2s - Terá direito a requerer aproveitamento de estudos quem se enquadrar na situação de:

- a) aluno transferido, reoptante de curso, removido de curso, ingressante com isenção de vestibular para complementação de estudos;
- b) ingressante com isenção de vestibular para novo curso superior, vestibulando não incluído nos casos previstos no Art. 52 desta Resolução;
- c) aluno que tenha realizado disciplinas avulsas



em IES

Art. 3º - Para os casos previstos no item <u>a</u> do art. 2º desta Resolução, devem ser consideradas a equivalência dos programas das disciplinas objeto do aproveitamento e a legislação superior pertinente.

Art. 4º - Para os casos previstos nos itens b e ç de art. 2º desta Resolução, o tempo gasto na obtenção do total da carga horária das disciplinas objeto de aproveitamento deve ser considerado para efeito do cálculo do prazo para integralização curricular do curso pretendido.

Parágrafo le - Para cálculo do tempo referido no "caput" deste artigo, deve-se tomar por base a carga horária semestral minima e máxima estabelecida para a integralização curricular de cada curso.

Parágrafo 2º - Os valores totais de carga horária das disciplinas objeto de aproveitamento compreendidos entre estes limites e seus múltiplos correspondem a um ou mais semestres a serem descontados do prazo para integralização curricular.

Parigrafo 32 - Os valores abaixo do limite minimo pão serão computados para este fim.

Art. 5º = Não terá direito a aproveitamento de estudos e aluno iubilado que retornar ao curso.

Art.62 = O requerimento de aproveitamento de estudos deverá ser apresentado à Pró-Reitoria de Graduação, juntamente com cópia de último histórico escolar e os programas das disciplinas em que o aluno solicitar o aproveitamento, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Paragrafo Único = Nos casos de transferência,
exigir-se-à, também, cópia do currículo do curso da instituição
de origem, conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 515/79.

Art.7₂ - Ao aluno que obtiver concessão de créditos.

Luy

será atribuido, no ato de sua primeira matrícula, um coeficiente de rendimento inicial igual a 7.0 (sete) para efeito de primeira solicitação de disciplinas.

Art.8: = Revoga-se a Resolução 26/85 = CEPE

Sala das Sessões, 23 de Julho de 1993 Klinger Marcos Barbasa Alves

Na Presidência

Pub- 40-B-0-de. Julho-93 (4007)